
A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS

PORTUGAL, DA OPÇÃO ATLÂNTICA
À OPÇÃO EUROPEIA
(1ª PARTE)

*“Somos soldados... julgamos sê-lo, ou fingimos sê-lo. Não interessa se somos oficiais ou cadetes. A responsabilidade individual pode aumentar com a patente, mas na sua essência ela não se altera... é imutável. Somos soldados!”*¹

João Carlos Fonseca Tomás ()*
Aspirante Aluno Infantaria

HANS HELLMUNT KIRST

RESUMO

O trabalho pretende traçar uma breve perspectiva geopolítica da relação entre Portugal, a Europa e o Atlântico, que variou ao longo da nossa História.

Depois de se tentar sumariamente caracterizar a nível histórico essas variações, o autor analisa simplificadaamente as relações no actual contexto do sistema global das relações internacionais. Dessa análise conclui que para reforçar os vínculos transatlânticos, Portugal deverá continuar a garantir e a afirmar a sua posição euro-atlântica.

(*) O artigo que aqui se apresenta constitui uma adaptação do trabalho final de Licenciatura, orientado pelo Major Garrinhas Carriço.

¹ KIRST, Hans Hellmut, *Fábrica de Oficiais*, 3ª Edição, Publicações Europa – América, s.d., pg.580.

“Foi preciso a democratização da sociedade portuguesa... a História passou, então, a poder narrar um passado real, com ganhos e perdas, com avanços e recuos, fidelidades e traições, sucessos e insucessos...e apesar de tudo como um passado constitutivo da coesão nacional, pelo simples facto de ser um passado comum e de resultar de uma experiência vivida em conjunto ou tomada memória colectiva. É possível que as transformações a que aludimos tenham também alguma incidência sobre o próprio comportamento habitual dos portugueses”².

JOSÉ MATTOSO

CAPÍTULO I

Enquadramento Geopolítico Marítimo de Portugal

a) *Evolução Estratégica*

Neste capítulo irei abordar e analisar a evolução estratégica daquilo que se pode caracterizar como área de interesse de Portugal; porém há acontecimentos aqui referenciados que *per si* não têm interesse manifesto no que respeita ao tema a que me propus. Incidirei a análise a partir do período em que o espaço atlântico começou a ter alguma importância estratégica, não só para Portugal, mas sobretudo, quando este passa a ser um País da Europa de carácter Atlântico. Foi neste período que o espaço marítimo ganhou significado como elemento de disputa entre Potências, não só pelas rotas comerciais, como também pelo domínio além-mar. Segundo a teoria de Alfred Mahan, Almirante Norte-americano, quem domina o mar domina o globo ³.

Desde cedo que reconhecemos no mar um grande valor. O que em tempos dividia passou a unir e essa grande massa que separava os Continentes constituiu, não só, uma via de comunicação, como também lhe identificámos, pelas suas potencialidades, um grande valor estratégico.

“O Oceano Atlântico era uma zona politicamente nova, mesmo depois da descoberta das linhas atlânticas, da América do Sul e do caminho marítimo

² MATTOSO, José, *A Identidade Nacional*, 2ª edição, Fundação Mário Soares, Gradiva publicações, 2001, pg. 104.

³ Não é apenas ao poder naval que ele se refere, também é a marinha mercante e de pesca, as infra-estruturas, tais como portos, escolas de navegação, faróis. É também fundamental a investigação de recursos, instituições científicas de cartografia, entre outras.

para a Índia. Como função de equilíbrio, até meados do século XVI, tinham papel efectivo as áreas marginais, quase só do Mar do Norte. Os primeiros a dar ao “Mar Oceano” uma função no equilíbrio europeu foram, os portugueses, quando D. João II lhe atribuiu um papel decisivo na sua política externa, frente à Espanha. Foi D. João II quem definiu um poder marítimo criado pelo espaço demarcado pelas Ilhas, a costa de África e a rota da Mina: daí retirava influência e capacidade de pressão internacional”⁴.

Pode-se afirmar que foi com os Descobrimientos que se impulsionou o mundo para uma nova Era. Caminhava-se então, de uma forma paulatina para a primeira fase da era da Globalização. A nossa vocação Atlântica foi fruto da própria posição geográfica, bem como da descontinuidade territorial, essencial para uma defesa em profundidade.

Na opinião do Contra-Almirante Rogério Silva Oliveira, “Pioneiro do senhorio dos mares, Portugal tornou-se a primeira potência marítima da Idade Moderna e provou que o poder marítimo é tanto ou mais importante que o poder terrestre”⁵. Devido à expansão ultramarina, Portugal beneficiou de um estatuto muito próprio, a estreita ligação com o mar tornou-se numa fonte de poder nacional. Através dele, levaram-se produtos para comercializar e como pagamento traziam-se, para além de metais valiosos, outros artigos que nos ofereciam um lugar privilegiado no comércio mundial.

Após a Guerra dos 30 Anos (1618-1648), durante o século XVII, algumas potências disputaram entre si a hegemonia europeia. Por um lado a Espanha, que tinha como aliada a Áustria, procurava aumentar o seu poder na Europa e por outro a França, aliada à Suécia e Holanda, com a conivência da Grã-Bretanha. Contudo, para este trabalho importa referir que no início do século XVII, a área atlântica não teve um papel fundamental para o equilíbrio da Europa, se o teve foi só para a Península Ibérica, mas serve o exemplo de referência para um contexto estratégico das orientações das Potências, tanto as Continentais, como as Marítimas.

Com a intenção de impedir a Áustria de conquistar a hegemonia europeia, através da unificação da Europa Central, à França impunha-se aumentar as divergências nacionais, regionais ou religiosas, para que se tornassem

⁴ MACEDO, Jorge Borges de; *História Diplomática Portuguesa Constantes e linhas de Força – Estudo de geopolítica*; Lisboa, Edição da Revista Nação e Defesa, s.d., pg. 154.

⁵ Prefácio do Contra – Almirante Rogério Silva Oliveira na monografia: *A Importância do Mar para Portugal*, 1995, pg. 18.

irreconciliáveis. A França aplicava a mesma estratégia ao projecto unitário espanhol, a *Grande Espanha*, que compreendia um vasto território, incluindo o Português. Como refere Jorge Borges de Macedo, “A Espanha devia ser uma entidade unitária e centralizada e todos os seus componentes deviam estar subordinados, como províncias, ao seu Rei”⁶.

Apesar de Portugal se encontrar sob domínio espanhol, a ambição de recuperar o reino era grande. Associando à vontade de ser novamente independente, a capacidade de o ser, que neste caso seriam as amplas tradições que Portugal tinha na política externa desenvolvidas ao longo de séculos, estavam constituídos os factores chave para a independência e para a prossecução dos interesses económicos e políticos da Nação.

Neste contexto, julgo que merece alguma reflexão a opinião de José Manuel Freire Nogueira: “Portugal soberano inicia assim uma “Acção Retardadora Estratégica” – o primeiro e flagrante exemplo fora exactamente em 1580 – – trocando soberania por tempo, por segurança e por recursos, acção essa que se vai prolongar até aos nossos dias”⁷.

Contudo, desde a ocupação espanhola esta capacidade de negociação não poderia ser utilizada, nem tão pouco as regalias de que dispôs outrora. Assim, Portugal, sem a sua política externa tradicional, encontrava-se numa situação de insegurança, gerada pelo facto de não conseguir estabelecer uma actividade comercial. Apesar da relativa autonomia à coroa espanhola, esta não lhe dava cobertura diplomática, nem tão pouco poderia negociar contratos ou concorrer com os espanhóis. Tornava-se então impossível rivalizar com a Espanha.

Durante o período de ocupação, Portugal manteve toda a estrutura hierárquica da Nação. Manteve também, os recursos institucionais e culturais, bem como a capacidade de debate e de construção duma análise política adequada. Se, por um lado, foi opção espanhola dar autonomia a Portugal, acabaram por fazer com que essas valências fossem utilizadas com vista a alcançar, um dia mais tarde, a independência face ao trono espanhol. Não restava outra solução senão observar o contexto europeu e esperar pela melhor altura.

No segundo quartel do século XVII, verificou-se o aparecimento de um maior número de potências marítimas. Esta situação foi impulsionada pelo facto de ter havido uma evolução nas técnicas de navegação que por um lado permitiu

⁶ *Ibidem*, nota 4, pg. 127.

⁷ NOGUEIRA, José Manuel Freire; *As Guerras Liberais Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*; 1ª Edição, Edições Cosmos, 2004, pg. 83.

descobrir novas rotas, e por outro, a construção naval foi consideravelmente melhorada. Este facto assegurou um maior volume de tráfego marítimo.

A nível militar, as condições de manobra dos navios tornaram-se cada vez mais fáceis o que permitiu aplicar no mar a artilharia. Tal facto possibilitou também que o número de marinheiros exigido para manobrar o navio fosse menor. Como consequência, a tripulação pôde ser dotada de um maior número de soldados. Para além disso, os navios passaram a ter uma maior autonomia, sendo contudo necessário, assegurar alguns portos e estaleiros para que pudessem ter algum apoio na sustentação e projecção do poder.

Se a potência Espanha, não por sua culpa mas por força da evolução técnica, não conseguia controlar ou patrulhar o mar, nem mesmo aumentar os seus meios de vigilância e controlo, deixava essa possibilidade aberta a outros países que iam crescendo, resignando-se a aceitar a partilha do mar.

No século XVII, as zonas intermédias ganham significado para as potências hegemónicas⁸, pois era neste espaço que asseguravam as grandes áreas de decisão, como refere Jorge Borges de Macedo, “Os grandes Estados podiam ser hegemónicos mas não dispensavam o apoio de satélites, para lhes aumentar a segurança. E as ruínas causadas pela guerra tornavam indispensável recorrer a outras zonas de abastecimento e defesa”⁹.

Neste período, o que caracterizava a superioridade militar era essencialmente a forma como se organizavam e utilizavam tacticamente os corpos militares; claro está que isto implicava um esforço económico muito grande, exclusivamente ao alcance de potências ricas, mas era esta a única forma de alcançar vitórias e fazer capitular cidades (e impor a vontade do mais forte!).

No dia 1 de Dezembro de 1640, Portugal insurreccionou-se e levou a cabo um levantamento contra os espanhóis, sem qualquer intervenção de algum aliado. Este levantamento foi feito dentro das possibilidades nacionais e quase sem luta. Portugal, não só restaurou a independência, bem como a sua capacidade diplomática. Se por um lado, Portugal era e é uma plataforma de acesso para a Potência Marítima, com o objectivo de levar a guerra ao interior da Europa assegurando com as ilhas o controlo do espaço Atlântico, já para a Potência Continental o espaço português interessa sob o ponto de vista de controlar e negar a entrada do poder marítimo nos portos portugueses.

⁸ Áustria, França, Espanha e a Alemanha como conjunto político.

⁹ NOGUEIRA, José Manuel Freire; op. cit; nota 4, pg. 133.

Das opções disponíveis, onde Portugal podia tirar melhores resultados para a sua diplomacia era através do aproveitamento das rivalidades europeias no Atlântico. É de salientar que foi neste período que a Europa tomou percepção da capacidade da intervenção portuguesa, ao assegurar esta atlanticidade. Esta opção, assegurava também a defesa de um equilíbrio que é fundamental à sobrevivência da Nação neste período. Na prática, o que a Restauração da independência de Portugal trouxe no contexto estratégico europeu, foi o de fixar as tropas espanholas que eram retiradas dos teatros de operações onde se encontravam. Pretendia igualmente, dificultar a mobilidade dos navios espanhóis no Atlântico e sobretudo lutar contra o isolacionismo pretendido para Portugal, por parte da Espanha. Tudo isto era favorável e interessava à Inglaterra.

A assinatura da paz em Vestfália, em 1648, pôs fim à Guerra dos Trinta Anos e tornou-se num marco de extrema importância. Como refere Freire Nogueira, “trata-se do verdadeiro nascimento do sistema de estados soberanos”¹⁰.

A situação Internacional agrava-se para Portugal em 1652, quando forças espanholas decidiram terminar com a Revolta na Catalunha. Com o fim desta Revolta, estava aberta a oportunidade para o Reino Espanhol focalizar as suas forças no caso português. Para agudizar a situação, a guerra com a França cessou de forma oficial em 1659 com a assinatura do Tratado de Paz dos Pirinéus. Esta conjuntura não foi benéfica a Portugal. Até então, a França tinha sido aliada e com a assinatura deste tratado de paz ficámos sozinhos na cena internacional. Para a Espanha, era o momento de reconsiderar a situação da Península Ibérica e restava-nos pensar numa forma de garantir a nossa soberania. A forma encontrada para assegurarmos a independência de Portugal foi a do casamento de D. Catarina de Bragança com o Rei de Inglaterra, associando-se as inúmeras cedências territoriais na Índia e ainda alguma ajuda Francesa que nos foi enviada¹¹.

Portugal já não se impunha na Ordem Internacional como salienta Freire Nogueira, “...o poder fora-se para sempre – restava a Portugal assumir uma postura estratégica defensiva, garantindo um poder militar suficiente para a defesa do território Europeu e das possessões ultramarinas e, ao mesmo tempo, através da estratégia diplomática, procurar manter um estatuto neutral nos conflitos europeus”¹².

¹⁰ *Ibidem*, nota 7, pg. 83.

¹¹ Seiscentos militares comandados pelo conde de Shomberg, (segundo José Manuel Freire Nogueira, *As Guerras Liberais Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal*, Lisboa, 2004), pg. 85.

¹² *Ibidem*, nota 7, pg. 87.

Ao século XVIII, na Europa, reserva-se um lugar destacado na História. Uma série de acontecimentos tiveram lugar nos Anais da Humanidade, foi o século das Luzes, da Independência dos Estados Unidos da América, da (consequente) Revolução Francesa, da Primeira Revolução Industrial e de muitas guerras das quais apenas referirei aquelas que julgo interessarem para a relação do espaço Atlântico com a Europa e sobretudo para Portugal.

Consolidaram-se duas áreas hegemónicas: a potência Marítima e a Potência Continental. Elas eram detentoras de recursos próprios característicos da sua especificidade. Neste período, a Potência marítima conseguia obter maior pressão sobre a continental, devido essencialmente ao abastecimento quotidiano de géneros, visto que este já representava em larga escala o conforto das populações. Por seu turno, como salienta Borges de Macedo, “um grande estado continental tinha, a partir daí, não só de diversificar consideravelmente os seus recursos estratégicos, como de prever outras formas de intervenção militar”¹³.

Neste contexto mundial vai ganhando dimensão um novo actor com capacidades para se tornar uma potência global, a Grã-Bretanha. Com grandes pretensões de ascensão teria de impedir, a todo o custo, qualquer hegemonia no Continente Europeu accionando os mecanismos de equilíbrio de poder.

Contudo a França, no último quartel do século XVII, pretendia tornar-se a potência hegemónica. Essa situação só era possível se conquistasse o Reno e se detivesse sob a Península Ibérica, bem como nos mares próximos, uma grande influência. Como salienta o Tenente-Coronel Vieira Borges, “...à França não bastava o domínio militar terrestre, era necessário investir numa armada forte para dominar os mares (incluindo as rotas e pontos estratégicos) e, dominando os mares, dominaria a Inglaterra e o mundo”¹⁴.

Para evitar a unificação franco-espanhola, as potências marítimas¹⁵, bem como a Áustria e numerosos principados alemães, constituíram a Grande Aliança. Com a emergência desta Guerra, era impossível para Portugal ficar neutro; a melhor opção era aliar-se à potência marítima, por dois aspectos fundamentais. O primeiro porque a Potência marítima considera o núcleo territorial português, bem como o insular, essencial ao desenvolvimento da sua estratégia militar¹⁶.

¹³ MACEDO, José Borges de, op. cit.; nota 4, pg. 296.

¹⁴ BORGES, João Vieira, *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Séc. XVIII*, 1ª edição, Lisboa, Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2000, pg.27.

¹⁵ Grã-Bretanha e Holanda.

¹⁶ A mesma estratégia se mantém actualmente em relação a Portugal com os EUA.

Em segundo lugar, porque naquele período a pressão espanhola nas nossas fronteiras era grande e sozinhos não suportaríamos as ambições de Castela. Assinado o Tratado de METHUEN, em 1703, ficamos oficialmente aliados da Potência Marítima, a Grã-Bretanha. Os objectivos deste Tratado eram fundamentalmente acautelar os interesses nacionais na América do Sul, garantir a nossa participação no comércio externo¹⁷, na segurança das rotas marítimas¹⁸ e por fim, mas um dos mais importantes, a protecção e defesa do território nacional.

Portugal viu-se forçado a entrar na guerra da Sucessão de Espanha, a lutar contra o bloco franco – espanhol. Das consequências desta guerra foi possível retirar as seguintes conclusões:

1. Portugal sofreu um grande desgaste a nível militar, ficando incapaz de assegurar uma das finalidades do Estado, a segurança. Tanto a segurança Continental, como fundamentalmente das colónias.
2. A guerra trouxe algo positivo (se é que é possível!) “...a grande consequência para Portugal da Guerra da Sucessão de Espanha, foi a sua afirmação como potência europeia, especialmente face à Espanha. A individualidade de Portugal na Península Ibérica ficava salvaguardada e o equilíbrio geopolítico, na área, garantido pelos suportes atlânticos”¹⁹.

Muitas outras disputas se seguiram, todas elas tendo por base um núcleo comum. Estava de novo em causa uma guerra pelo poder marítimo, sendo o Atlântico o teatro de operações das duas Potências. Portugal, mais uma vez não podia ficar neutro. Em jeito de síntese, o Tenente-Coronel Vieira Borges expõe, na sua obra, as razões que tiveram na base da conflitualidade ao longo do século XVIII, e na disputa pela Hegemonia europeia, são elas as seguintes:

1. “Domínio do Ultramar, desde as Américas ao Oriente;
2. Controlo do mar, com especial prioridade para o Atlântico e o Mediterrâneo;
3. Controlo dos *Chock Points* (pontos estratégicos, dado o seu domínio e capacidade de controlo de rotas marítimas ou portos fundamentais);
4. Controlo das rotas comerciais (fundamentalmente a que ligava a Europa às Américas);

¹⁷ Pois era uma das fontes de riqueza essenciais.

¹⁸ Neste período era comum os assaltos de corsários.

¹⁹ VIANA, Victor Daniel Rodrigues; *A Evolução do Conceito Estratégico Nacional da Fundação ao Estado Novo*; Pedrouços, IAEM, 1996; pg. 124.

5. Domínio de outras potências terrestres e marítimas, para obtenção de maior liberdade de acção”²⁰.

Mesmo durante o século XIX, período conturbado devido à guerra civil entre liberais e absolutistas, a situação não se modificou. Portugal continuou como um “Protectorado” de Inglaterra como refere o Coronel Rodrigues Viana, “devido às motivações económicas e ao objectivo de impedir uma possível arremetida espanhola com vista à sempre sonhada União Ibérica. Acrescia ainda mais a cobiça pelas possessões portuguesas em África”²¹.

Com o nascimento do Império Alemão, o equilíbrio político europeu acabaria por ser alterado. O Continente Africano ganhava agora nova dimensão. E foi por causa das possessões em África, que Portugal solicitou apoio ao recém-criado Império alemão e à França, para ligar as duas costas africanas, ficando este projecto conhecido como o “mapa cor-de-rosa”.

O “mapa cor-de-rosa” foi contestado pelo Governo Inglês²². Devido a esta situação, a Grã-Bretanha notificou, várias vezes, o Governo Português, alegando que tal projecto feria os seus interesses. No dia 11 de Janeiro de 1890, é entregue um ultimato “...exigindo a retirada de forças portuguesas da expedição do Major Serpa Pinto do Chire, ameaçando o não cumprimento dessa intimação com o uso da força”²³.

Apesar da Alemanha ter afirmado solenemente o seu apoio a Portugal, acabou por não tomar qualquer tipo de atitude. Apesar disso, em 1898, a Inglaterra e a Alemanha realizaram conversações secretas com o intuito de partilharem as possessões Portuguesas, devido à situação financeira em que se encontrava o País, causada pelo problema da dívida externa nacional. A sua intenção oficial era ajudar Portugal a atravessar a crise, através da troca de território por dinheiro, situação que lhes era favorável, na medida em que com mais território tinham mais poder negocial.

Em resumo, podemos afirmar que, à medida que a História avança as Potências mudam geograficamente de lugar, mudam também os meios e as circunstâncias. Contudo, o objectivo é o mesmo, riqueza e poder. Numa analogia leviana, podemos considerar a Europa uma balança onde de um lado temos o Poder

²⁰ BORGES, João Vieira, op. cit.; nota 13, pg. 35.

²¹ VIANA, Victor Daniel Rodrigues, op. cit.; nota 14, pg. 192.

²² Porque feria os seus projectos capitalistas.

²³ SANTOS, J. Loureiro dos, *Apontamentos de História para Militares*, Pedrouços, IAEM, 1979, pg.248.

Marítimo e do outro o Poder Continental, os dois procuram um equilíbrio, o “equilíbrio de poderes”. Como refere Kissinger, “...no século XVIII, a Grã-Bretanha elaborou o conceito de equilíbrio de poder, que dominou a diplomacia europeia durante os duzentos anos seguintes”²⁴.

No início do século XX, o poder britânico encontrava-se em declínio, a Alemanha aproveita a conjuntura favorável à sua ascensão no sistema de poder internacional, apostando numa estratégia de domínio do continente europeu. Era o despontar das guerras mundiais.

Como já vimos atrás, o acordo anglo-alemão colocava em evidência as voracidades que pairavam sobre as nossas possessões ultramarinas, bem como a ideia que se formava sobre o povo português. Com a emergência do conflito europeu, tornava-se claro que Portugal, caso quisesse manter as colónias em África, tinha de assumir uma posição (ao lado da Inglaterra), pois a neutralidade não nos era favorável. Só com a intervenção de Portugal na Grande Guerra foi possível assegurar na Conferência da Paz a presença de um representante do Governo português, com capacidade para assegurar que o património territorial não fosse reduzido, bem como preservar a nossa dignidade de Nação. Essencialmente, estivemos presentes e tivemos voz onde se remodelou o mapa europeu e colonial. Julgava-se que a “Paz Universal” tinha chegado com o fim da Grande Guerra em 1918. Neste período os vastos exércitos são rapidamente desmobilizados e os orçamentos de defesa reduzidos ao mínimo.

O Tratado de Versalhes, assinado com a Alemanha em 28 de Junho de 1919, humilhava e obrigava-a a pagar gigantescas reparações de guerra aos vencedores, pelo desencadeamento do conflito. Perdeu uma parte do território bem como algumas das suas colónias. Contudo, foi mantida com uma base potencial de grande poder, sendo abolido o serviço militar e limitando a *Wehrmacht* em número de homens, privando-a de carros de combate, submarinos, aviões e artilharia pesada, o que tornou quase inevitável a criação da instabilidade política interna e o ressurgimento do nacionalismo reprimido.

Os grandes impérios europeus são dissolvidos²⁵ e em troca nascem uma série de “poderes revolucionários excluídos da nova ordem internacional e prejudicados nas condições da paz”²⁶. Era uma conjuntura instável e explosiva, sobretudo porque os

²⁴ KISSINGER, Henry, *Diplomacia*, 2ª edição, Gradiva, 2002, pg.11.

²⁵ Rússia, Austro-húngaro, Otomano.

²⁶ TELO, António José; *Apontamentos da Cadeira de História Militar II*, Academia Militar, 2001.

restantes grandes poderes entravam também na corrida ao desarmamento, devido à crise económica provocada pela guerra.

Como refere José Telo, “Os vencedores ou se refugiam num isolamento (como os EUA) ou vão atravessar um período dominado por um pacifismo exacerbado (França e Inglaterra). Confiava-se na Sociedade das Nações para manter a paz, mas esta excluía os EUA e a URSS e não tinha meios próprios ou mecanismos expeditos de intervenção externa”²⁷.

Como refere o General Ferreira Martins em jeito de previsão ameaçadora, denunciando a situação do pós-guerra e antevendo o mal que viria: “Estava-se, sobretudo, longe de supor que, de um incêndio provocado por desmedidas voracidades imperialistas, outras surgissem igualmente ameaçadoras... Todavia, quaisquer que sejam as incertezas quanto ao futuro que este quadro parece anunciar – mesmo sem exagerar o optimismo que possa deduzir-se do triunfo, neste momento, do pacto genebrino – o ocorrido até agora põe em evidência que não foi inútil o nosso sacrifício nem falha de patriótica intuição a política que o promoveu”²⁸.

A Europa em 1945 acabava de sair de uma das guerras mais sangrentas e destruidora de sempre, a II Guerra Mundial. A posição oficial portuguesa era neutral; ao contrário da anterior, não participamos com tropas no conflito.

Na sua génese esteve a tentativa de expansionismo e de reunificação do império Austro-húngaro, por parte da Alemanha. O projecto era ambicioso, pois consideravam a Europa como uma primeira fase de um conflito, sendo objectivo final implantar uma hegemonia alemã derrubando o Poder Marítimo anglo-americano.

Viriam a ser consideradas como justificativas do expansionismo do III Reich as “Sete Leis da Expansão dos Estados”²⁹ de Ratzel. Neste sentido, as necessidades deterministas do Estado enunciadas na sua obra, “*Leis Geográficas do Crescimento dos Estados*”, referem que espaço é força e poder, logo nesta dialéctica, o espaço condiciona, o espaço manda. Assim, surge o conceito de “*Lebensraum*”³⁰ que foi reajustado pela visão geopolítica de Haushofer e da Escola de Munique³¹.

²⁷ *Ibidem*, nota 20.

²⁸ MARTINS, General Ferreira; *Portugal na Grande Guerra – II Volume*; Lisboa, Editorial Ática, 1938, pg. 338.

²⁹ Ver Anexo D.

³⁰ “Espaço Vital” é o território necessário à completa e perfeita realização de um “ser político”, forte e respeitado (ver Vieira Borges, *Apontamentos da Cadeira de Geopolítica*, Academia Militar, 2000).

³¹ “Espaço Vital”, segundo o reajustamento a Escola de Munique, é o espaço geográfico necessário para atender às necessidades da sociedade humana que o habita (ver Vieira Borges, *Apontamentos da Cadeira de Geopolítica*, Academia Militar, 2000).

Na sequência do novo conceito de Espaço Vital, a ideia de Fronteira natural, “correspondia à resultante da penetração cultural de um povo nos espaços geográficos que, em determinado momento histórico, fossem, do ponto de vista da fronteira política, alheios ao núcleo de irradiação cultural”³². Foi segundo este pensamento expansionista que a guerra foi orientada por parte da Alemanha. A grande derrotada desta guerra foi a Alemanha Nazi em 1945, mas foi com o fim deste conflito que acabou o (des)equilíbrio mundial de centros múltiplos. Começa a edificar-se então um sistema internacional de características bipolares, liderado por um lado pelos EUA e por outro pela URSS. A hegemonia inglesa criada depois das guerras napoleónicas termina, substituída pela hegemonia americana.

Até meados dos anos 50, os Estados Unidos beneficiaram duma incontestável superioridade na corrida aos armamentos. A estratégia Norte Americana era então fundada na “dissuasão”, isto é, na ameaça de represálias nucleares em caso de agressão soviética. Mas com o lançamento do primeiro míssil intercontinental³³, e depois o primeiro voo do satélite *Sputnik*³⁴, ficou demonstrado que a URSS tinha retomado uma vantagem tecnológica em relação aos EUA. Foi então a vez dos americanos recuperarem o seu atraso, denominado *de missile gap*.

No início dos anos 60, as duas grandes Potências pareciam ter alcançado um equilíbrio nuclear. Por vezes, a tensão entre as duas tornou-se tão forte, que por diversas vezes se aproximaram do confronto nuclear. A Guerra-Fria dividiu o Mundo em dois blocos opostos, o que poderia ter conduzido ao conflito nuclear. A coexistência pacífica que se estabeleceu entre os dois Grandes repousava no equilíbrio de terror.

Hoje em dia vivemos sob a primazia do poder dos Estados Unidos, com a queda do muro de Berlim em 1989, simbolizando o desmembramento do Pacto de Varsóvia e a conseqüente abertura a Leste. Os EUA tomaram a iniciativa e edificaram um novo sistema mundial, com novas regras em todos os domínios. Surgiu uma Nova Ordem mundial.

Actualmente a presença da Potência Marítima (EUA), faz-se sentir sobre a maior parte do planeta; neste sentido, qual é (ou devia ser) o papel de Portugal junto dos Estados Unidos? Será que a nossa Atlânticidade, que já serviu outras Potências Marítimas, lhes serve ou pode vir a servir a sua causa?

³² BORGES, João Vieira, Apontamentos da cadeira de geopolítica, Academia Militar, 2000;4ª sessão, pg.5.

³³ Em Agosto de 1957.

³⁴ Em Outubro de 1957.

Em relação à Europa, local geográfico onde Portugal se insere, também o quadro geral que se nos apresenta actualmente é o de uma União Europeia (UE) de 25 países, onze dos quais partilham a mesma moeda, o Euro. Tem uma estrutura orgânica diversificada, como iremos analisar mais à frente e para além disso, vão sendo estabelecidos objectivos comuns de forma a levar a bom porto o projecto europeu.

Portugal é um dos países membros da UE mas o que nos levou à adesão? Será que nos sentíamos ou sentimos ameaçados? Quem são o ou os adversários? Com que meios é que nos podem enfrentar e como? Será possível sermos apenas Europeístas, perdendo a nossa vocação atlântica? Ou, da História, já compreendemos que é mais favorável andar de mãos dadas com a Europa e com o Atlântico!?

b) *As hipóteses sobre as opções*

Era inevitável que Portugal tivesse uma opção. Fosse ela Atlântica ou Continental, pois era e é impensável deixar aos outros a importante tarefa de decidir qual o futuro português, sobretudo quando estamos geopoliticamente numa posição que é privilegiada. Pelo simples facto de estarmos entre duas potências, como destaca o General Loureiro dos Santos, “É como se a fronteira entre as Potências Marítima e Continental coincidissem com a fronteira terrestre portuguesa”³⁵.

Retrospectivamente, a Europa atravessava um período conturbado; em menos de cinquenta anos tinha assistido a duas guerras globais dentro do seu espaço. Mesmo no pós-guerra em 1950, a ameaça da Guerra-Fria assolava a Europa. O primeiro passo para a integração europeia foi dado quando seis países³⁶ criaram um mercado comum do carvão e do aço³⁷. Poucos anos decorridos sobre o fim da Segunda Guerra Mundial, o seu objectivo primordial era assegurar a paz entre as nações europeias vencedoras e vencidas, associando-as num sistema institucional comum, regido pelos princípios da igualdade e da cooperação. Estes seis Estados decidiram construir uma Comunidade Económica Europeia (CEE), com base num mercado comum mais alargado.

O sucesso obtido pelos Seis levou a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido a decidirem juntar-se às Comunidades. Este primeiro alargamento teve lugar em 1973. Em 1981, a Grécia aderiu, no que foi seguida, em 1986, por Espanha e por Portugal.

³⁵ SANTOS, J. Loureiro dos, *Como Defender Portugal*, Pedrouços, IAEM, 1991, pg. 24.

³⁶ Bélgica, República Federal da Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

³⁷ O Tratado de Paris, que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951.

A adesão de Portugal à UE teve, decerto como, objectivo principal salvaguardar os interesses nacionais, através da partilha com outros países. Contudo, não podemos ver este assunto de uma forma tão linear, pois sabemos que “A União Europeia nasceu e existe pelo interesse próprio de cada um dos Estados que dela fazem parte. Na teia de relações entre si criadas, perdem para ganhar. Para ganhar mais do que perdem. Esta é a lógica da sua participação. Não é razoável pensar noutro motivo se não este”³⁸.

Desfeito o império ultramarino e após um período de crise e de instabilidade nacional, Portugal desejava salvaguardar os seus interesses, nomeadamente a segurança, o desenvolvimento e o progresso. Com a adesão à UE, fomos financiados por fundos estruturais que nos permitiram ter assinaláveis índices de desenvolvimento, através de fundos europeus³⁹. De outra forma seria difícil conseguir sustentar apenas com os nossos recursos os objectivos últimos e fundamentais de qualquer Estado: Segurança, Prosperidade e Bem-estar.

As Comunidades adoptaram o ambicioso objectivo de limitar para 1 de Janeiro de 1993 a realização do mercado interno europeu e consagraram-no no Acto Único Europeu, que foi assinado em Fevereiro de 1986 e entrou em vigor em 1 de Julho de 1987.

A morfologia política da Europa foi profundamente alterada pela queda do muro de Berlim, em 1989, que conduziu à reunificação da Alemanha, em 3 de Outubro de 1989 e à democratização dos países da Europa Central e Oriental libertados da tutela soviética. A própria União Soviética deixou de existir em Dezembro de 1991. Entretanto, as Comunidades Europeias também evoluíram. Os Estados-Membros negociaram um novo Tratado, que foi adoptado pelo Conselho Europeu em Maastricht, em Dezembro de 1991. O Tratado da União Europeia entrou em vigor em Novembro de 1993. A CEE foi rebaptizada denominando-se agora «Comunidade Europeia» (CE). Além disso, acrescentando domínios de cooperação intergovernamental ao sistema comunitário existente, o Tratado criou a “União Europeia, baseada em três pilares:

Primeiro Pilar – Comunidades Europeias

Segundo Pilar– PESC (Política Externa e de Segurança Comum)

Terceiro Pilar – Justiça e Assuntos Internos”⁴⁰.

³⁸ SANTOS, J. Loureiro dos, Reflexões Sobre Estratégia – Temas de Segurança e Defesa. IAEM e Publicações Europa América, 2000.

³⁹ Mas longe de alcançar o nível dos nossos congéneres europeus!

⁴⁰ BORGES, João Vieira, *Apontamentos da cadeira de Relações Internacionais*, Academia Militar, 2002.

Estabeleceu igualmente objectivos ambiciosos para os Estados-Membros: a união monetária até 1999 e a cidadania europeia.

A Áustria, a Finlândia e a Suécia juntaram-se à União, em 1 de Janeiro de 1995. A União Europeia passa então a contar com 15 Estados-Membros e prepara-se para a substituição das moedas nacionais por uma moeda única europeia, o euro⁴¹. O euro assume agora o estatuto de grande moeda mundial, ao lado do dólar.

Mas que UE temos? Será que evolui no caminho de ser uma entidade supranacional ou mantém os laços de cooperação não integrativa entre Estados que tem tido até aqui?

Como já vimos, o futuro da UE tende a evoluir para o federalismo, mas de que forma? Existem de uma forma genérica dois caminhos possíveis: a cooperação ou a integração. Esta dialéctica visa essencialmente uma união mais estreita dos povos da Europa.

Segundo António Covas existe mesmo um “binómio constituinte: cooperação versus integração”⁴²; como ele assim o refere, destaco então que na cooperação, não é necessária a transferência de competências para entidades externas aos Estados membros mantendo intactos os seus poderes soberanos. Para além disso, as decisões também só adquirem um valor vinculativo para os Estados membros se eles assim o consentirem. Neste sentido, as deliberações não produzem efeitos jurídicos específicos sendo a cooperação fundada em compromissos políticos, cuja execução compete aos Estados membros.

A outra forma possível será a da integração, que compreende uma vasta lista de exigências, das quais os Estados terão de abdicar do seu poder transferindo-o para uma entidade que lhes é superior ou supranacional. Desta forma supõe-se a prossecução da vontade destas instituições através do voto maioritário, sendo esta a única forma de estabelecer a sua legitimidade; supõe, ainda, que haja uma total independência por parte dos titulares dos órgãos ou instituições supranacionais dos Estados que os nomearam ou designaram. Finalmente, a integração cria uma ordem jurídica própria que é superior às ordens jurídicas das suas unidades constituintes, sendo ela um meio para harmonizar e aproximar comportamentos e atitudes.

⁴¹ Em 1 de Janeiro de 2002, as notas e moedas de euros entraram em circulação em 12 países (a “zona euro”).

⁴² COVAS, António, *A União Europeia e os Estados Nacionais*, 1ª edição, Celta Editora, 2002, pg. 45.

Já muito foi escrito sobre a crise do Estado-Nação; porém analisando-a de uma forma mais radical, Portugal poderá correr o risco de perder parte assinalável da sua soberania como Estado-Nação, isto é, se a UE seguir no sentido da integração. Contudo, com a aprovação do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa, salienta-se exactamente o oposto. Assim, permanece bem claro no número 1 do Artigo 5.º, sobre as Relações entre a União e os Estados-Membros que pretende respeitar “...a identidade nacional dos Estados-Membros, reflectida nas estruturas políticas e constitucionais fundamentais de cada um deles, própria de cada Estado...”

Segundo o General Abel Cabral Couto, o Estado-Nação é definido por ter “um território, bem delimitado, uma população, um governo, a capacidade de estabelecer relações com os outros Estados e, acima de tudo, soberania, a qual se traduz no não reconhecimento de qualquer autoridade externa como superior à sua no interior do seu território”⁴³.

Contudo, torna-se difícil abdicar das tradições, da língua e das próprias divergências históricas, pertencentes ao passado de cada Estado, como refere José Mattoso, “A diversidade nacional resulta, em boa parte, da forma como se conjugam os vários elementos constitutivos das suas sucessivas expressões históricas.”⁴⁴ Neste sentido, permanece bem explícito que não se pretende acabar com a diversidade cultural, própria de cada Estado. Refere mais, é do interesse da União salvaguardar esse pluralismo cultural, como se pode ver nos objectivos da União no número 3. “A União respeita a riqueza da sua diversidade cultural e linguística e vela pela salvaguarda e pelo desenvolvimento do património cultural europeu”⁴⁵.

É sempre com grande hesitação que se aborda a questão do alargamento da UE; será que com estes alargamentos se vai constituindo a identidade europeia? Na realidade o que é a Europa? Será que ainda serve a definição dada pelo general De Gaulle como sendo “uma serpentina lançada do Atlântico aos Urais”⁴⁶

Há mais de cinquenta anos que a guerra não assola a Europa e a NATO é um bastião desta paz consolidada. É conveniente referir que, com a queda do muro de Berlim em 1989 e o desmoronamento do bloco de Leste, a NATO entrou num “período de crise existencial”. Na realidade, sem a ameaça para a qual

⁴³ COUTO, Abel Cabral, *Elementos de Estratégia* – Vol. I, Pedrouços IAEM, 1988, pgs. 20 e 21.

⁴⁴ *Ibidem*, nota 2, pg. 6.

⁴⁵ Projecto de Tratado que Estabelece uma *Constituição Para a Europa*.

⁴⁶ *Ibidem* nota 26, 7ª sessão, pg.3.

tinha sido criada, teoricamente não havia motivo para a sua existência. Convém não esquecer que esta organização é constituída por uma componente forte da potência marítima.

Será que a Organização subsiste dissimulada numa aliança, mas em que o objectivo estratégico da Potência Marítima na sua manutenção poderá servir para exercer o controlo de uma área que é vital para a sua sobrevivência?

Como se pode ler no Conceito Estratégico da Aliança, “A Aliança representa o elo transatlântico pelo qual a segurança da América do Norte está permanentemente ligada à segurança da Europa”⁴⁷. Para além disto este conceito não define fronteiras geográficas para a acção militar.

Em termos geopolíticos, sabemos que a Europa continua a ser o “Anel interior” do “*heartland*” segundo a teoria de Mackinder. Desta forma é uma zona a controlar pela NATO ou EUA, para deter o controlo sob a grande massa continental euro-atlântica, com o objectivo de garantir a hegemonia mundial da Potência Marítima. Neste quadro, qual o papel de Portugal, sabendo que a NATO no seu conceito estratégico refere “que a distribuição geográfica de forças em tempo de paz deverá assegurar a presença militar suficiente em todo o território da Aliança, incluindo o estacionamento e posicionamento de forças fora do território e águas nacionais, e avançar com posicionamento de forças sempre e quando necessário”⁴⁸. Como sabemos, o Tratado do Atlântico Norte dá-nos direitos mas atribui-nos deveres, e dentro da Aliança, os Estados não podem ser apenas consumidores de segurança, têm de ser também fornecedores⁴⁹.

⁴⁷ Conceito Estratégico da NATO Parte I, n.º 7.

⁴⁸ *Ibidem* nota 37, Parte IV, no n.º 53 alínea b.

⁴⁹ De acordo com as suas capacidades.